

O MULATO

ALUÍSIO AZEVEDO

 **CLÁSSICOS
SARAIVA**

Projeto Gráfico ganhador do
"AIGA 50 Books/50 Covers – 2008",
Prêmio Internacional do American Institute
of Graphic Arts (AIGA)

Conforme a nova ortografia
1ª edição

 **Editora
Saraiva**

Gerente editorial
Rogério Gastaldo

Editora-assistente
Solange Mingorance

Coordenação editorial e de produção
Edições Jogo de Amarelinha

Projeto gráfico, edição de arte e diagramação
Casa Rex

Ilustração da capa
Carvall

Cotejo de originais
Claudia Maietta, Ana Luiza Couto

Revisão
Ana Luiza Couto, Priscila Ramos de Azevedo

Elaboração *Diários de um Clássico, Contextualização Histórica*
e *Suplemento de Atividades*
Rodrigo Petronio

Elaboração *Entrevista Imaginária e Projeto Leitura e Didatização*
Vicente Luís de Castro Pereira

Produção gráfica
Rogério Strelciuc

Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Aluísio, 1857-1913.
O mulato / Aluísio Azevedo. — São Paulo :
Saraiva, 2010. — (Clássicos Saraiva)
Suplementado por caderno de atividades.

ISBN 978-85-02-09488-8

1. Romance brasileiro I. Título. II. Série.

10-02902

CDD-869.93

Índice para catálogo sistemático:

1. Romance : Literatura brasileira 869.93

Direitos reservados à
SARAIVA Educação S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7221 – Pinheiros
CEP 05425-902 – São Paulo – SP – Tel.: (0xx11) 4003-3061
www.editorasaraiva.com.br
atendimento@aticascipione.com.br

4ª tiragem, 2017

Visite o *site* dos Clássicos Saraiva:
www.editorasaraiva.com.br/classicossaraiva

CL: 810096

CAE: 571369

Caro leitor,

Durante todo o ensino fundamental, o estudante terá percorrido oito ou nove anos de leitura de textos variados. Ao chegar ao ensino médio, ele passa a ter contato com o estudo sistematizado de Literatura Brasileira. Nesse sentido, aprende a situar autores e obras na linha do tempo, a identificar a estética literária a que pertencem etc. Mas não passa, necessariamente, a ler mais.

*É tempo de repensar esse caminho. É hora de propor novos rumos à leitura e à forma como se lê. Os **CLÁSSICOS SARAIVA** pretendem oferecer ao estudante e ao professor uma gama de opções de leitura que proporcione um modo de organizar o trabalho de formação de leitores competentes, de consolidação de hábitos de leitura, e também de preparação para o vestibular e para a vida adulta. Apresentando obras clássicas da literatura brasileira, portuguesa e universal, oferecemos a possibilidade de estabelecer um diálogo entre autores, entre obras, entre estilos, entre tempos diferentes.*

Afinal, por que não promover diálogos internos na literatura e também com outras artes e linguagens? Veja o que nos diz o professor William Cereja: “A literatura é um fenômeno artístico e cultural vivo, dinâmico, complexo, que não caminha de forma linear e isolada. Os diálogos que ocorrem em seu interior transcendem fronteiras geográficas e linguísticas. Ora, se o percurso da própria literatura está cheio de rupturas, retomadas e saltos, por que o professor, prendendo-se à rigidez da cronologia histórica, deveria engessá-la?”.

*Esperamos oferecer ao jovem leitor e ao público em geral um panorama de obras de leitura fundamental para a formação de um cidadão consciente e bem-preparado para o mundo do século XXI. Para tanto, além da seleção de textos de grande valor da literatura brasileira, portuguesa e universal, os **CLÁSSICOS SARAIVA** apresentam, ao final de cada livro, os **DIÁRIOS DE UM CLÁSSICO** – um panorama do autor, de sua obra, de sua linguagem e estilo, do mundo em que viveu e muito mais. Além disso, oferecemos um painel de textos para a **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA** – contextos históricos, sociais e culturais relacionados ao período literário em que a obra floresceu. Por fim, oferecemos uma **ENTREVISTA IMAGINÁRIA** com o Autor – uma conversa fictícia com o escritor em algum momento-chave de sua vida.*

Desejamos que você, caríssimo leitor, desfrute o prazer da leitura. Faça uma boa viagem!

SUMÁRIO

O MULATO

Prefácio da terceira edição 9

I 13

II 24

III 37

IV 56

V 74

VI 91

VII 100

VIII 109

IX 130

X 140

XI 148

XII 163

XIII 168

XIV 176

XV 191

XVI 207

XVII 219

XVIII 234

XIX 241

DIÁRIOS DE UM CLÁSSICO 249

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA 267

ENTREVISTA IMAGINÁRIA 275



A meu irmão
Artur Azevedo

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO

Este livro foi escrito e sentido aos vinte anos, quando eu estava no Maranhão, ao lado de minha família; com ele entrei alegremente no mundo das letras. Apareceu em 1881. Agora, o Sr. B. L. Garnier resolveu apresentá-lo de novo ao público e ei-lo aqui, com pequenas modificações, tal como fora concebido. Não quis alterar-lhe de todo a forma, porque me pareceu que não tinha direito de fazê-lo; procurei até conservar, religiosamente, certos dizeres e locuções, que se usam naquela província, posto que os leitores cá do Sul hajam de estranhá-los, como sucedeu com o ilustre falecido Batista Caetano, que, num volume, levado à Biblioteca Nacional pelo meu amigo Capistrano de Abreu, me censurou, à margem de algumas páginas, o uso de muitos termos que ele não conhecia, e outros que supunha imitados dos romances portugueses. O nosso filólogo ignorava que em São Luís do Maranhão são frequentes certas expressões à moda de Portugal, e aquilo, pois, que se lhe afigurou macaqueado de C. Castelo Branco, era simplesmente copiado do natural; assim é que lá se diz, por exemplo: “sapatos de polimento” e não *sapatos de verniz*; “quinta” e não *chácara*; “rebuçados” e não *balas*; “caneco” e não *barril* etc.; como também se empregam palavras de todo desconhecidas no resto do Brasil, e creio que em Portugal, mas que por lá, na minha província, são muito comuns: *muruchaba*, *pinincha*, *puça*, *enzoneira*, *cofo*, *empanemar*, *moquear*, e mil outras estão nesse caso.

Se errei transportando-as para o livro e conservando-as agora, paciência! Submeto-me aos futuros julgamentos; mas de uma coisa declaro de antemão que não podem condenar esta obra: é da falta de sinceridade. Ela foi feita em boa-fé; não a puxei à força de dentro de mim, foi ela que se formou por si mesma, sob o domínio imediato das impressões, e procurou vir à luz em forma de romance. Afianço que durante a gestação não me preocupei absolutamente com o efeito que o livro teria de produzir sobre o público, nem tampouco com a escola donde ele procedia. Quando cheguei a lançá-lo ao papel, já o tinha pronto de princípio a fim, com os capítulos divididos, os tipos grupados nos seus planos competentes, a ação desenvolvida até o desfecho e as cenas dispostas cada qual em seu lugar. E tanto assim que, antes de escrita uma só palavra, por duas vezes recitei-o todo, uma a Fernando Perdigão e outra a Virgílio Cantanhede; dois companheiros meus da infância.

Lembro-me disso como se tivera sido ontem! Eu costumava passear no campo todos os dias de madrugada, e o Fernando muita vez me acompanhava. Um dia fomos ao Cutim a pé, e pelo caminho narrei-lhe inteira a história de *O mulato*. Ainda me recordo de uma observação justa que ele me fez a respeito do ressentimento que o meu livro iria levantar na província.

A vez do Virgílio foi em Alcântara; tínhamos ido, ele e eu, assistir à festa do Espírito Santo. O bom rapaz, com uma resignação de amigo sacrificado, ouviu-me atentamente o romance, assentado junto de mim, debaixo de uma bela árvore, num dos bancos do largo da igreja do Carmo. Não foi de balde que pus toda a alma na recitação, porque, ao terminá-la, o meu companheiro tinha os olhos arrasados d'água; não sei se chorava de comovido ou de cansado.

Dias depois, metido no meu gabinete, principiava a escrever *O mulato*, e não larguei o trabalho senão ao concluí-lo. O volume levou um ano a ser impresso; mas, em compensação, o primeiro milheiro de exemplares voou com uma presteza que me surpreendeu deveras.

Fui feliz.

A imprensa da corte recebeu-me bem, e, à imitação dela, a de todas as províncias do Norte e Sul. Amparou-me a generosidade de Joaquim Serra, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Valentim Magalhães, Lúcio de Mendonça, Capistrano de Abreu, Raul Pompeia, Urbano Duarte, José do Patrocínio, Clóvis Beviláqua, Tobias Barreto, Raimundo Correia, Fontoura Xavier, Ferreira de Meneses, Adelino Fontoura, Sá Viana, Koseritz e outros muitos escritores de nome brilhante, cuja fulguração, refletindo sobre a minha pobre obra, deu-lhe um prestígio que ela estava bem longe de ambicionar. Mais de cem artigos se agruparam logo em torno de *O mulato*, e só o Maranhão, a minha província, não deu palavra.

Ah! Minto! A *Civilização*, no seu número de 23 de julho de 1881, publicou um longo artigo de um dos seus redatores mais ilustres, o senhor Euclides Faria, no qual, entre muitas coisas, há o seguinte:

“Eis aí um romance realista, o primeiro pepino que brota no Brasil.

“É muita audácia, ou muita ignorância ou ambas as coisas ao mesmo tempo! É contar demais com a ignorância dos leitores, com a benevolência da crítica nacional, e julgar os outros por si.

“Permita o jovem zote, autor de *O mulato*, que me admire ainda uma vez. A sua compreensão sobre o realismo é de eternas luminárias! Melhor seria fechar os livros, ir plantar batatas e jurar com antigo rifão:

“Abraçou o asno com a amendoeira

“E acharam-se parentes.

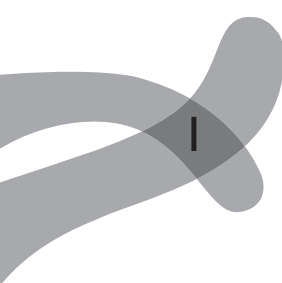
“Para que o autor de *O mulato* nos desse a medida exata do seu realismo, devia abandonar essa vidinha peralvilha de escrevinhadelas tolas. Vá para a foice e o machado! Ele, que tanto ama a natureza, que não crê na Metafísica nem respeita a religião, que só tem entusiasmo pela saúde do corpo e pelo real sensível ou material, devia abandonar essa vidinha de vadio escrevinhador e ir cultivar as nossas ubérrimas terras.

“À lavoura, meu estúpido! À lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances! Isto sim é real. A agricultura felicita os indivíduos e enriquece os povos! À foice! E à enxada! *Res non verba.*”

E mais não disse o Maranhão a meu respeito.

Como se vê, não segui o conselho do único jornalista da minha província, que se dignou criticar o meu primeiro livro: não quebrei a pena, nem me atirei à lavoura; vim simplesmente para a corte, graças ao produto pecuniário do amaldiçoado *O mulato*, e continuei a escrever, a fazer novos volumes, um atrás do outro, sem descansar. E agora, que oito bons anos se escoaram depois que parti de Atenas, durante os quais tenho vivido, pura e exclusivamente, das minhas produções literárias, apesar de que o governo jamais protegeu a quem escreve neste país; agora que *O mulato* vem de novo à tona da publicidade e agora que ele já não pertence a uma província nenhuma, mas sim ao público do Rio de Janeiro, a quem devo tudo; agora, é com o maior prazer que deponho esta nova edição aos pés desta querida terra em que nasci e que não posso deixar de amar, e lhe peço, reverentemente, que a recolha com carinho entre as obras de pouco mérito que lhe são consagradas.

ALUÍSIO AZEVEDO
Rio de Janeiro, 1889



Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase que se não podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes; as paredes tinham reverberações de prata polida; as folhas das árvores nem se mexiam; as carroças de água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem-cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho.

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a “gentil Carolina era bela”; doutro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” Era uma vendedeira de fatos de boi. As crianças nuas, com as perninhas tortas pelo costume de cavalgar as ilhargas maternas, as cabeças avermelhadas pelo sol, a pele crestada, os ventrezinhos amarelentos e crescidos, corriam e guinchavam, empinando papagaios de papel. Um ou outro branco, levado pela necessidade de sair, atravessava a rua, suado, vermelho, afogueado, à sombra de um enorme chapéu de sol. Os cães, estendidos pelas calçadas, tinham uivos que pareciam gemidos humanos, movimentos irascíveis, mordiam o ar querendo morder os mosquitos. Ao longe, para as bandas de São Pantaleão, ouvia-se apregoar: “Arroz de Veneza! Mangas! Macajubas!” Às esquinas, nas quitandas vazias, fermentava um cheiro acre de sabão da terra e aguardente. O quitandeiro, assentado sobre o balcão, cochilava a sua preguiça morrinhenta, acariciando o seu imenso e espalmado pé descalço. Da Praia de Santo Antônio enchiam toda a cidade os sons invariáveis e monótonos de uma buzina, anunciando que os pescadores chegavam do mar; para lá convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, quase todas negras, muito gordas, o tabuleiro na cabeça, rebolando os grossos quadris trêmulos e as tetas opulentas.

A Praia Grande e a Rua da Estrela contrastavam todavia com o resto da cidade, porque era aquela hora justamente a de maior

movimento comercial. Em todas as direções cruzavam-se homens esbofados e rubros; cruzavam-se os negros no carroto e os caixeiros que estavam em serviço na rua; avultavam os paletós-sacos, de brim pardo, mosqueados nas espáduas e nos sovacos por grandes manchas de suor. Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas; batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se estivessem a comprar cavalos. Na Casa da Praça, debaixo das amendoeiras, nas portadas dos armazéns, entre pilhas de caixões de cebolas e batatas-portuguesas, discutiam-se o câmbio, o preço do algodão, a taxa do açúcar, a tarifa dos gêneros nacionais; volumosos comendadores resolviam negócios, faziam transações, perdiam, ganhavam, tratavam de embarrilar uns aos outros, com muita manha de gente de negócios, falando numa gíria só deles, trocando chalaças pesadas, mas em plena confiança de amizade. Os leiloeiros cantavam em voz alta o preço das mercadorias, com um abrimento afetado de vogais; diziam: “Mal-raís” em vez de mil-réis. À porta dos leilões aglomeravam-se os que queriam comprar e os simples curiosos. Corria um quente e grosseiro zum-zum de feira.

14

O leiloeiro tinha piscos de olhos significativos; de martelo em punho, entusiasmado, o ar trágico, mostrava com o braço erguido um cálice de cachaça, ou, comicamente acororado, esbrocava com o furador os paneiros de farinha e de milho. E, quando chegava a ocasião de ceder a fazenda, repetia o preço muitas vezes, gritando, e afinal batia o martelo com grande barulho, arrastando a voz em um tom cantado e estridente.

Viam-se deslizar pela praça os imponentes e monstruosos abdomens dos capitalistas; viam-se cabeças escarlates e descabeladas, gotejando suor por debaixo do chapéu de pelo; risinhos de proteção, bocas sem bigode dilatadas pelo calor, perninhas espertas e suadas na calça de brim de Hamburgo. E toda esta atividade, posto que um tanto fingida, era geral e comunicativa; até os ricos ociosos, que iam para ali encher o dia, e os caixeiros, que “faziam cera”, até os próprios vadios desempregados aparentavam diligência e prontidão.

A varanda do sobrado de Manuel Pescada, uma varanda larga e sem forro no teto, deixando ver as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto mais ou menos pitoresco com a sua bela vista sobre o rio Bacanga e as suas rótulas pintadas de verde-paris. Toda ela abria para o quintal, estreito e longo, onde, à míngua de sol, se mirravam duas tristes pitangueiras e passeava solenemente um pavão da terra.

As paredes, barradas de azulejos portugueses e, para o alto, cobertas de papel pintado, mostravam, nos seus desenhos repetidos de

assuntos de caça, alguns lugares sem tinta, cujas manchas brancacintas traziam à ideia joelheiras de calças surradas. Ao lado, dominando a mesa de jantar, aprumava-se um velho armário de jacarandá polido, muito bem tratado, com as vidraças bem limpas, expondo as pratas e as porcelanas de gosto moderno; a um canto dormia, esquecida na sua caixa de pinho envernizado, uma máquina de costura de Wilson, das primeiras que chegaram ao Maranhão; nos intervalos das portas simetrizavam-se quatro estudos de Julien, representando em litografia as estações do ano; defronte do guarda-louça um relógio de corrente embalava melancolicamente a sua pêndula do tamanho de um prato e apontava para as duas horas. Duas horas da tarde.

Não obstante, ainda permanecia sobre a mesa a louça que servira ao almoço. Uma garrafa branca, com uns restos de vinho de Lisboa, cintilava à claridade reverberante que vinha do quintal. De uma gaiola, dependurada entre as janelas desse lado, chilreava um sabiá.

Fazia preguiça estar ali. A viração do Bacanga refrescava o ar da varanda e dava ao ambiente um tom morno e aprazível. Havia a quietação dos dias inúteis, uma vontade lassa de fechar os olhos e esticar as pernas. Lá defronte, nas margens opostas do rio, a silenciosa vegetação do Anjo da Guarda estava a provocar boas sextas sobre o capim, debaixo das mangueiras; as árvores pareciam abrir de longe os braços, chamando a gente para a calma tepidez das suas sombras.

– Então, Ana Rosa, que me respondes?... – disse Manuel, esticando-se mais na cadeira em que se achava assentado, à cabeceira da mesa, em frente da filha. – Bem sabes que te não contrario... Desejo esse casamento, desejo... Mas, em primeiro lugar, convém saber se ele é do teu gosto... Vamos... Fala!

Ana Rosa não respondeu e continuou muito embebida, como estava, a rolar sob a ponta cor-de-rosa dos seus dedos as migalhas de pão que ia encontrando sobre a toalha.

Manuel Pedro da Silva, mais conhecido por Manuel Pescada, era um português de uns cinquenta anos, forte, vermelho e trabalhador. Diziam-no atilado para o comércio e amigo do Brasil. Gostava da sua leitura nas horas de descanso, assinava respeitosamente os jornais sérios da província e recebia alguns de Lisboa. Em pequeno meteram-lhe na cabeça vários trechos do Camões e não lhe esconderam de todo o nome de outros poetas. Prezava com fanatismo o Marquês de Pombal, de quem sabia muitas anedotas, e tinha uma assinatura no Gabinete Português¹, a qual lhe aproveitava menos a ele do que à filha, que era perdida pelo romance.

Manuel Pedro fora casado com uma senhora de Alcântara, chamada Mariana, muito virtuosa e, como a melhor parte das maranhenses, extremada em pontos de religião; quando morreu, deixou em legado seis escravos a Nossa Senhora do Carmo.

¹ Gabinete Português: ponto de encontro das pessoas cultas de São Luís.

Bem triste foi essa época, tanto para o viúvo como para a filha, orfanada, coitadinha, justamente quando mais precisava do amparo maternal. Nesse tempo moravam no Caminho Grande, numa casinha térrea, para onde a moléstia de Mariana os levava em busca de ares mais benignos; Manuel, porém, que era já então negociante e tinha o seu armazém na Praia Grande, mudou-se logo com a pequena para o sobrado da Rua da Estrela, em cujas lojas prosperava, havia dez anos, no comércio de fazendas por atacado.

Para não ficar só com a filha “que se fazia uma mulher”, convidou a sogra, dona Maria Bárbara, a abandonar o sítio em que vivia e ir morar com ele e mais a neta. “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas! E, se fosse a meter em casa uma preceptora – Meu bom Jesus! – que não diriam por aí?... No Maranhão falava-se de tudo! Dona Maria Bárbara que se decidisse a deixar o mato e fosse de muda para a Rua da Estrela! Não teria que se arrepender... Havia de estar como em sua própria casa – bom quarto, boa mesa, e plena liberdade!”

A velha aceitou e lá foi, arrastando os seus cinquenta e tantos anos, alojar-se em casa do genro, com um batalhão de moleques, suas crias, e com os cacaréus ainda do tempo do defunto marido. Em breve, porém, o bom português estava arrependido do passo que dera: dona Maria Bárbara, apesar de muito piedosa, apesar de não sair do quarto sem vir bem penteada, sem lhe faltar nenhum dos cachinhos de seda preta, com que ela emoldurava dispatadamente o rosto enrugado e macilento, apesar do seu grande fervor pela Igreja e apesar das missas que papava por dia, dona Maria Bárbara, apesar de tudo isso, saíra-lhe “má dona de casa”.

Era uma fúria! Uma víbora! Dava nos escravos por hábito e por gosto; só falava a gritar e, quando se punha a ralhar, Deus nos acuda, incomodava toda a vizinhança! Insuportável!

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia “Os sujos” e, quando se referia a um mulato, dizia “O cabra”. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra. Em Alcântara tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido, “do seu João Hipólito”, um português fino, de olhos azuis e cabelos louros.

Esse João Hipólito foi brasileiro adotivo e chegou a fazer alguma posição oficial na Secretaria do governo da província. Morreu com o posto de coronel.

Maria Bárbara tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo

aos brasileiros. Quando a filha foi pedida por Manuel Pedro, então principiante no comércio da capital, ela dissera: “Bem! Ao menos tenho a certeza de que é branco!”

Mas o Pescada não compreendeu a esposa, nem foi amado por ela; a virtude, ou talvez simplesmente a maternidade, apenas conseguiu fazer de Mariana uma companheira fiel; viveu exclusivamente para a filha. É que a desgraçada, desde os quinze anos, ainda no irresponsável arrebatamento do primeiro amor, havia eleito já o homem a quem sua alma teria de pertencer por toda a vida. Esse homem existe hoje na história do Maranhão, era o agitador José Cândido de Moraes e Silva, conhecido popularmente pelo “Farol”². Fez todo o possível para casar com ele, mas foram baldados os seus esforços, nem só em virtude das perseguições políticas que, tão cedo, atribularam a curta existência daquela fenomenal criatura, como também pela inflexível oposição que tal ideia encontrou na própria família da rapariga.

Entretanto o destino dela se havia prendido à sorte do desventurado maranhense. Quem diria que aquela pobre moça, nascida e criada nos sertões do Norte, sentiria, como qualquer filha das grandes capitais, a mágica influência que os homens superiores exercem sobre o espírito feminino? Amou-o, sem saber por quê. Sentira-lhe a força dominadora do olhar, os ímpetos revolucionários do seu caráter americano, o heroísmo patriótico da sua individualidade tão superior ao meio em que floresceu; decorara-lhe as frases apaixonadas e vibrantes de indignação, com que ele fulminava os exploradores da sua pátria estremecida e os inimigos da integridade nacional; e tudo isso, sem que ela soubesse explicar, arrebatou-a para o belo e destemido moço com todo o ardor do seu primeiro desejo de mulher.

Quando, na Rua dos Remédios, que nesse tempo era ainda um arrabalde, o desditoso herói, apenas com pouco mais de vinte e cinco anos de idade, sucumbiu ao jugo do seu próprio talento e da sua honra política, oculto, foragido, cheio de miséria, odiado por uns como um assassino e adorado por outros como um deus, a pobre senhora deixou-se possuir de uma grande tristeza e foi enfraquecendo, e ficando doente, e ficando feia e cada vez mais triste, até morrer silenciosamente poucos anos depois do seu amado.

Ana Rosa não chegou a conhecer o Farol; a mãe, porém, muito em segredo, ensinara-lhe a compreender e respeitar a memória do talentoso revolucionário, cujo nome de guerra despertava ainda, entre os portugueses, a raiva antiga do motim de 7 de agosto de 1831. “Minha filha”, disse-lhe a infeliz já nas vésperas da morte, “não consintas nunca que te casem sem que ames deveras o homem a ti destinado para marido. Não te cases no ar! Lembra-te de

² Farol: apelido de José Cândido de Moraes e Silva, fundador do jornal liberal *Farol Maranhense*, em 1827.

que o casamento deve ser sempre a consequência de duas inclinações irresistíveis. A gente deve casar porque ama, e não ter de amar porque casou. Se fizeres o que te digo, serás feliz!” Concluiu pedindo-lhe que promettesse, caso algum dia viessem a constrangê-la a aceitar marido contra seu gosto, arrostar tudo, tudo para evitar semelhante desgraça, principalmente se então Ana Rosa já gostasse doutro; e por esse, sim, fosse quem fosse, cometesse os maiores sacrifícios, arriscasse a própria vida, porque era nisso que consistia a verdadeira honestidade de uma moça.

E mais não foram os conselhos que Mariana deu à filha. Ana Rosa era criança, não os compreendeu logo, nem tão cedo procurou compreendê-los; mas, tão ligados estavam eles à morte da mãe, que a ideia desta não lhe acudia à memória sem as palavras da moribunda.

Manuel Pedro, apesar de bom, era um desses homens mais que alheados às sutilezas do sentimento; para outra mulher daria talvez um excelente esposo, não para aquela, cuja sensibilidade romântica, longe de o comover, havia muita vez de importuná-lo. Quando se achou viúvo, não sentiu, a despeito da sua natural bondade, mais do que certo desgosto pela ausência de uma companheira com que já se tinha habituado; contudo, não pensou em tornar a casar, convencido de que o afeto da filha lhe chegaria de sobra para amenizar as canseiras do trabalho e que o auxílio imediato da sogra bastaria para garantir a decência da sua casa e a boa regra das suas despesas domésticas.

18

Ana Rosa cresceu, pois, como se vê, entre os desvelos insuficientes do pai e o mau gênio da avó. Ainda assim aprendera de cor a gramática do Sotero dos Reis³; era alguma coisa; sabia rudimentos de francês e tocava modinhas sentimentais ao violão e ao piano. Não era estúpida; tinha a intuição perfeita da virtude, um modo bonito, e por vezes lamentara não ser mais instruída. Conhecia muitos trabalhos de agulha; bordava como poucas e dispunha de uma gargantazinha de contralto que fazia gosto ouvir.

Tanto assim que, em pequena, servira várias vezes de anjo da verônica nas procissões da quaresma. E os cônegos da Sé gabavam-lhe o metal da voz e davam-lhe grandes cartuchos de amêndoas de mendubim⁴, muito enfeitados nas suas pinturas, toscas e características, feitas a goma-arábica e tintas de botica. Nessas ocasiões ela sentia-se radiante, com as faces carminadas, a cabeça coberta de cachos artificiais, grande roda no vestido curto, a jeito de dançarina. E, muito concha, ufana dos seus galões de prata e ouro e das suas trêmulas asas de papelão e escumilha, caminhava triunfante e feliz no meio do cordão das irmandades religiosas, segurando a extremidade de um lenço, do qual o pai segurava a outra. Isso eram promessas feitas pela mãe ou pela avó em dias de grande enfermidade na família.

³ Sotero dos Reis: escritor, político, professor e autor de *Gramática Portuguesa*.

⁴ Mendubim: amendoim.

E crescera sempre bonita de formas. Tinha os olhos pretos e os cabelos castanhos de Mariana, e puxara ao pai as rijezas de corpo e os dentes fortes. Com a aproximação da puberdade apareceram-lhe caprichos românticos e fantasias poéticas: gostava dos passeios ao luar, das serenatas; arranjou ao lado do seu quarto um gabinete de estudo, uma bibliotecazinha de poetas e romancistas; tinha um *Paulo e Virgínia*⁵ de *biscuit* sobre a estante e, escondido por detrás de um espelho, o retrato do Farol, que herdara de Mariana.

Lera com entusiasmo a *Graziela*⁶, de Lamartine. Chorou muito com essa leitura e, desdaí, todas as noites, antes de adormecer, procurava instintivamente imitar o sorriso de inocência que a procitana oferecia ao seu amante. Praticava⁷ bem com os pobres, adorava os passarinhos e não podia ver matar perto de si uma borboleta. Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. “Não que acreditasse nessas coisas”, justificava-se ela, “mas fazia porque os outros faziam...” Sobre a cômoda, havia muito tempo, tinha uma estampa litográfica e colorida de Nossa Senhora dos Remédios e rezava-lhe todas as noites, antes de dormir. Nada conhecia melhor e mais agradável do que um passeio ao Cutim, e, quando soube que se projetava uma linha de bondes até lá, teve uma satisfação violenta e nervosa.

Feitos os quinze anos, ela começou pouco a pouco a descobrir em si estranhas mudanças; percebeu, sentiu que uma transformação importante se operava no seu espírito e no seu corpo: sobressaltavam-na terrores infundados; acometiam-na tristezas sem motivo justificável. Um dia, afinal, acordou mais preocupada; assentou-se na rede, a cismar. E, com surpresa, reparou que seus membros ultimamente se tinham arredondado; notou que em todo seu corpo a linha curva suplantara a reta e que as suas formas eram já completamente de mulher.

Veio-lhe então um sobressalto de contentamento, mas logo depois caiu a entristecer: sentia-se muito só; não lhe bastava o amor do pai e da velha Bárbara; queria uma afeição mais exclusiva, mais dela.

Lembrou-se dos seus namoros. Riu-se “coisas de criança!...”

Aos doze anos namorara um estudante do Liceu. Haviam conversado três ou quatro vezes na sala do pai e supunham-se de veras apaixonados um pelo outro; o estudante seguiu para a Escola Central da Corte, e ela nunca mais pensou nele. Depois foi um oficial de Marinha; “Como lhe ficava bem a farda!... Que moço engraçado! Bonito! E como sabia vestir-se!...” Ana Rosa chegou a principiar a bordar um par de chinelas para lho oferecer; antes porém de

⁵ *Paulo e Virgínia*: personagens de um romance francês de Bernardin de Saint-Pierre, de 1787.

⁶ *Graziela*: parte da obra romântica *Confidences*.

⁷ Praticava: conversava.

terminado o primeiro pé, já o bandoleiro havia desaparecido com a corveta *Baiana*. Seguiu-se um empregado do comércio. “Muito bom rapaz! muito cuidadoso da roupa e das unhas!...” Parecia-lhe que ainda estava a vê-lo, todo metódico, escolhendo palavras para lhe pedir “a subida honra de dançar com ela uma quadrilha”.

– Ah tempos! Tempos!...

E não queria pensar ainda em semelhantes tolices. “Coisas de criança! Coisas de criança!...” Agora, só o que lhe convinha era um marido! “O seu”, o verdadeiro, o legal! O homem da sua casa, o dono do seu corpo, a quem ela pudesse amar abertamente como amante e obedecer em segredo como escrava. Precisava de dar-se e dedicar-se a alguém; sentia absoluta necessidade de pôr em ação a competência, que ela em si reconhecia, para tomar conta de uma casa e educar muitos filhos.

Com esses devaneios, acudia-lhe sempre um arrepiozinho de febre; ficava excitada, idealizando um homem forte, corajoso, com um bonito talento, e capaz de matar-se por ela. E, nos seus sonhos agitados, debuxava-se um vulto confuso, mas encantador, que galgava precipícios para chegar onde ela estava e merecer-lhe a ventura de um sorriso, uma doce esperança de casamento. E sonhava o noivado: um banquete esplêndido! E junto dela, ao alcance de seus lábios, um mancebo apaixonado e formoso, um conjunto de força, graça e ternura, que a seus pés ardia de impaciência e devorava-a com o olhar em fogo.

Depois, via-se dona de casa; pensando muito nos filhos; sonhava-se feliz, muito dependente na prisão do ninho e no domínio carinhoso do marido. E sonhava umas criancinhas louras, ternas, balbuciando tolices engraçadas e comovedoras, chamando-lhe “mamã!”

– Oh! Como devia ser bom!... E pensar que havia por aí mulheres que eram contra o casamento!...

Não! Ela não podia admitir o celibato, principalmente para a mulher!... “Para o homem, ainda passava... viveria triste, só; mas em todo o caso, era um homem... teria outras distrações! Mas uma pobre mulher, que melhor futuro poderia ambicionar que o casamento?... Que mais legítimo prazer do que a maternidade; que companhia mais alegre do que a dos filhos, esses diabinhos tão feiticeiros?...” Além de que, sempre gostara muito de crianças: muita vez pedira a quem as tinha que lhas mandasse a fazer-lhe companhia, e, enquanto as pilhava em casa, não consentia que mais ninguém se incomodasse com elas; queria ser a própria a dar-lhes a comida, a lavá-las, a vesti-las e acalentá-las. E estava constantemente a talhar camisinhas e fraldas, a fazer toucas e sapatinhos de lã, e tudo com muita paciência, com muito amor, justamente como, em pequenina, ela fazia com as suas bonecas. Quando alguma de suas amigas se casava, Ana Rosa exigia dela sempre um cravo do ramallete ou um botão das flores de laranjeira da grinalda; este ou

aquele, pregava-os religiosamente no seio com um dos alfinetes dourados da noiva, e quedava-se a fitá-los, cismando, até que dos lábios lhe partia um suspiro longo, muito longo, como o do viajante que em meio do caminho já se sente cansado e ainda não avista o lar.

Mas o noivo, por onde andava que não vinha? Esse belo manco, tão ardente e tão apaixonado, por que se não apresentava logo? Dos homens que Ana Rosa conhecia na província nenhum decerto podia ser!... É, no entanto, ela amava...

A quem? Não sabia dizê-lo, mas amava. Sim! Fosse a quem fosse, ela amava; porque sentia vibrar-lhe todo o corpo, fibra por fibra, pensando nesse *alguém* íntimo e desconhecido para ela; esse *alguém* que não vinha e não lhe saía do pensamento; esse *alguém* cuja ausência a fazia infeliz e lhe enchia a existência de lágrimas.

Passaram-se meses – nada! Correram três anos. Ana Rosa principiou a emagrecer visivelmente. Agora dormia menos; estava pálida; à mesa mal tocava nos pratos.

– Ó pequena, tu tens alguma coisa! – disse-lhe um dia o pai, já incomodado com aquele ar doentio da filha. – Não me pareces a mesma! Que é isso, Anica?

Não era nada!... E Ana Rosa sobressaltava-se, como se tivera cometido uma falta. “Cansaço! Nervos! Não era coisa que valesse a pena!...”

Mas chorava.

– Olha! Aí temos! Agora o choro! Nada! É preciso chamar o médico!

– Chamar o médico?... Ora papai, não vale a pena!...

E tossia. “Que a deixassem em paz! Que não a estivessem apoquentando com perguntas!...”

E tossia mais, sufocada.

– Vês?! Estás achacada! Levas nesse “Chrum, chrum! chrum, chrum!” E é só “Não vale a pena! Não precisa chamar o médico!...” Não senhora! com moléstias não se brinca!

O médico receitou banhos de mar na Ponta d’Areia.

Foi um tempo delicioso para ela os três meses que aí passou. Os ares da costa, os banhos de choque, os longos passeios a pé restituíram-lhe o apetite e enriqueceram-lhe o sangue. Ficou mais forte; chegou a engordar.

Na Ponta d’Areia travara uma nova amizade: dona Eufra-sinha, viúva de um oficial do 5º de Infantaria, batalhão que morreu todo na Guerra do Paraguai. Muito romântica, falava do marido requebrando-se, e poetizava-lhe a curta história: “Dez dias depois de casados, seguira ele para o campo de batalha e, no denodo da sua coragem, fora atravessado por uma bala de artilharia, morrendo logo, a balbuciar com o lábio ensanguentado o nome da esposa estremecida”.

E com um suspiro, feito de desejos malsatisfeitos, a viúva concluiu pesarosa que “prazeres nesta vida conhecera apenas dez dias e dez noites...”

Ana Rosa compadecia-se da amiga e escutava-lhe de boa-fé as frioleiras. Na sua ingênua e comovida sinceridade facilmente se identificava com a história singular daquele casamento tão infeliz e tão simpático. Por mais de uma vez chegou a chorar pela morte do pobre moço oficial de Infantaria.

Dona Eufrazinha instruiu a sua nova amiga em muitas coisas que esta mal sonhava; ensinou-lhe certos mistérios da vida conjugal; pode dizer-se que lhe deu lições de amor, falou muito nos “homens”, disse-lhe como a mulher esperta devia lidar com eles, quais eram as manhas e os fracos dos maridos ou dos namorados, quais eram os tipos preferíveis; o que significava ter “olhos mortos, beiços grossos, nariz comprido”.

A outra ria-se. “Não tomava a sério aquelas bobagens da Eufrazinha!”

Mas intimamente ia, sem dar por isso, reconstruindo o seu ideal pelas instruções da viúva. Fê-lo menos espiritual, mais humano, mais verossímil, mais suscetível de ser descoberto; e, desde então, o tipo, apenas debuxado ao fundo dos seus sonhos, veio para a frente, acentuou-se como uma figura que recebesse os últimos toques do pintor; e, depois de vê-lo bem correto, bem emendado e pronto, amou-o ainda mais, muito mais, tanto quanto o amaria se ele fora com efeito uma realidade.

A partir daí, era esse ideal, correto e emendado, a base das suas deliberações a respeito de casamento; era a bitola, por onde ela aferia todo aquele que a requestasse. Se o pretendente não tivesse o nariz, o olhar, o gesto, o conjunto enfim de que constava o padrão, podia, desde logo, perder a esperança de cair nas graças da filha de Manuel Pedro.

Eufrazinha mudou-se para a cidade; Ana Rosa já lá estava. Visitaram-se.

E essas visitas, que se tomaram muito íntimas e repetidas, serviram mutuamente de consolo, ao afincado celibato de uma e à precoce viuvez da outra.

Havia, empregado no armazém do pai de Ana Rosa, um rapaz português, de nome Luís Dias; muito ativo, econômico, discreto, trabalhador, com uma bonita letra, e muito estimado na Praça. Contavam a seu favor invejáveis partidas de tino comercial, e ninguém seria capaz de dizer mal de tão excelente moço.

Ao contrário, quase sempre que falavam dele, diziam “Coitado!” e este coitado era inteiramente sem razão de ser, porque ao Dias, graças a Deus, nada faltava: tinha casa, comida, roupa lavada e engomada, e, ainda por cima, os cobres do emprego. Mas a coisa

era que o diabo do homem, apesar das suas prósperas circunstâncias, impunha certa lástima, impressionava com o seu eterno ar de piedade, de súplica, de resignação e humildade. Fazia pena, incutia dó em quem o visse, tão submisso, tão passivo, tão pobre rapaz – tão besta de carga. Ninguém, em caso algum, levantaria a mão sobre ele, sem experimentar a repugnância da covardia.

Elogiavam-no, entretanto: “Que não fossem atrás daquele ar modesto, porque ali estava um empregadão de truz!”

Vários negociantes ofereceram-lhe boas vantagens para tomá-lo ao seu serviço; mas o Dias, sempre humilde e de cabeça baixa, resistia-lhes a pé firme. E tal constância opôs às repetidas propostas que todo o comércio, dando como certo o seu casamento com a filha do patrão, elogiou a escolha de Manuel Pedro e profetizou aos nubentes “um futuro muito bonito e muito rico”.

– Foi acertado, foi! – diziam com o olhar fito.

Manuel Pedro via, com efeito, naquela criatura, trabalhadora e passiva como um boi de carga e econômico como um usurário, o homem mais no caso de fazer a felicidade da filha. Queria-o para genro e para sócio; dizia a todos os colegas que o “seu Dias” apenas retirava por ano, para as suas despesas, a quarta parte do ordenado.

– Tem já o seu pecúlio, tem! – considerava ele. – A mulher que o quisesse levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... É moço de muito futuro!

E, pouco a pouco foi se habituando a julgá-lo já da família e a estimá-lo e distingui-lo como tal; só faltava que a pequena se decidisse... Mas qual! Ela nem queria vê-lo! Tinha-lhe birra; não podia sofrer aquele cabelo à escovinha, aquele cavanhaque sem bigode, aqueles dentes sujos, aquela economia torpe e aqueles movimentos de homem sem vontade própria.

– Um somítico! – classificava Ana Rosa, franzindo o nariz.

Uma ocasião, o pai tocou-lhe no casamento.

– Com o Dias?... – perguntou espantada.

– Sim.

– Ora, papai!

E soltou uma risada.

Manuel não se animou a dizer mais palavra; à noite, porém, contou tudo em particular ao compadre, um amigo velho, íntimo da casa, o cônego Diogo.

– *Optima soepè despecta*⁸! – sentenciou este. – É preciso dar tempo ao tempo, seu compadre! A coisa há de ser... Deixe correr o barco!

No entanto o Dias não se alterara; esperava calado, pacificamente, sem erguer os olhos, cheio sempre de humildade e resignação.

⁸ Em latim (primeira de várias expressões utilizadas por Dom Diogo). Tradução: “Muitas vezes o bem é desprezado”.

Assim era, quando Manuel Pedro, na varanda de sua casa, pedia à filha uma resposta definitiva a respeito do casamento. Já lá se iam três meses depois da estada na Ponta d'Areia.

Ana Rosa continuou muda no seu lugar, a fitar a toalha da mesa, como se procurasse aí uma resolução. O sabiá cantava na gaiola.

– Então, minha filha, não dás sequer uma esperança?...

– Pode ser...

E ela ergueu-se...

– Bom. Assim é que te quero ver...

O negociante passou o braço em volta da cintura da rapariga, disposto a conversar ainda, mas foi interrompido por umas passadas no corredor.

– Dá licença? – disse o cônego, já na porta da varanda.

– Vá entrando, compadre!

O cônego entrou, devagar, com o seu sorriso discreto e amável.

24 Era um velho bonito; teria quando menos sessenta anos, porém estava ainda forte e bem conservado; o olhar vivo, o corpo teso, mas ungido de brandura santarrona. Calçava-se com esmero, de polimento; mandava buscar da Europa, para seu uso, meias e colarinhos especiais, e, quando ria, mostrava dentes limpos, todos chumbados a ouro. Tinha os movimentos distintos; mãos brancas e cabelos alvos que fazia gosto.

Diogo era o confidente e o conselheiro do bom e pesado Manuel; este não dava um passo sem consultar o compadre. Formara-se em Coimbra, donde contava maravilhas; um bocadinho rico, e não relaxava o seu passeio a Lisboa, de vez em quando, “para descarregar anos da costa...”, explicava ele, a rir.

Logo que entrou, deu a beijar a Ana Rosa o seu grande e trabalhado anel de ametista, obra do Porto, feita de encomenda. E batendo-lhe na face com a mão fina e impregnada de sabonete inglês:

– Então, minha afilhada, como vai essa bizzarria?

La bem, agradecida. Sorriu.

– Dindinho está bom?

– Como sempre. Que notícias de dona Babita?

Estava de passeio.

– Pois não vê a casa sossegada? – interrogou Manuel. – Foi à missa e naturalmente almoçou por aí com alguma amiga. Deus a conserve por lá! Mas que milagre o trouxe a estas horas cá por casa, seu compadre?

– Um negócio que lhe quero comunicar; particular, um bocado particular.

Ana Rosa fez logo menção de afastar-se.

– Deixa-te ficar – disse-lhe o pai. – Nós vamos aqui para o escritório.

E os dois compadres, conversando em voz baixa, encaminharam-se para uma saleta que havia na frente da casa.

A saleta era pequenina, com duas janelas para a Rua da Estrela. Chão esteirado, paredes forradas de papel e o teto de travessinhas de paparaúba pintadas de branco. Havia uma carteira de escrita, muito alta, com o seu mocho inclinado, um cofre de ferro, uma pilha de livros de escrituração mercantil, uma prensa, o copador ao lado e mais um copo sujo de pó, em cujas bordas descansava um pincel chato de cabo largo; uma cadeira de palhinha, um caixão de papéis inúteis, um bico de gás e duas escarradeiras.

Ah! Ainda havia na parede, sobre a secretária, um calendário do ano e outro da semana, ambos com as algibeiras pejadas de notas e recibos.

Era isso que Manuel Pedro chamava pomposamente “o seu escritório” e onde fazia a correspondência comercial. Aí, quando ele de corpo e alma se entregava aos interesses da sua vida, às suas especulações, ao seu trabalho enfim, podiam lá fora até morrer, que o bom homem não dava por isso. Amava deveras o trabalho e seria uma santa criatura se não fora certa maniazinha de querer especular com tudo, o que às vezes lhe desvirtuava as melhores intenções.

Quando os dois entraram, ele foi logo fechando a porta, discretamente, enquanto o outro se esparralhava na cadeira, com um suspiro de cansaço, levantando até ao meio da canela a sua batina lustrosa e de bom talho. Manuel havia tomado um cigarro de papel amarelo de cima da carteira e acendia-o sofregamente; o cônego esperava por ele, com uma notícia suspensa dos lábios como espantado; a boca meio aberta, o tronco inclinado para a frente, as mãos espalmadas nos joelhos, a cabeça erguida e um olhar de so-brancelhas arregaçadas através do cristal dos óculos.

– Sabe quem está a chegar por aí?... – perguntou, afinal, quando viu Manuel já instalado no mocho da secretária.

– Quem?

– O Raimundo!

E o cônego sorveu uma pitada.

– Que Raimundo?

– O Mundico! O filho do José, homem! Teu sobrinho! Aquela criança que teu mano teve da Domingas...

– Sim, sim, já sei, mas então?...

– Está a chegar por dias... Ora, espera...

O padre tirou papéis da algibeira e rebuscou entre eles uma carta, que passou ao negociante.

– É do Peixoto, o Peixoto de Lisboa.

– De Lisboa, como?

– Sim, homem! Do Peixoto de Lisboa, que está há três anos no Rio.

– Ah!... Isso sim, porque tinha ideia de que o pequeno deveria estar agora na Corte. Ah! Chegou o vapor do Sul...

– Pois é. Lê!

Manuel armou os óculos no nariz e leu para si a seguinte carta datada do Rio de Janeiro:

“Rev.^{mo} amigo e senhor Cônego Diogo de Melo. Folgamos que esta vá encontrar V. Rev.^{ma} no gozo da mais perfeita saúde. Temos por fim comunicar a V. Rev.^{ma} que, no paquete de 15 do corrente, segue para essa capital o doutor Raimundo José da Silva, de quem nos encarregou V. Rev.^{ma} e o senhor Manuel Pedro da Silva, quando ainda nos achávamos estabelecidos em Lisboa. Temos, também a declarar, se bem que já em tempo competente o houvéssemos feito, que envidamos então os melhores esforços para conseguir do nosso recomendado ficasse empregado em nossa casa comercial e que, visto não o conseguirmos, tomamos logo a resolução de remetê-lo para Coimbra, com o fim de formar-se ele em Teologia, o que igualmente não se realizou, porque, feito o curso preparatório, escolheu o nosso recomendado a carreira de direito, na qual se acha formado com distinções e bonitas notas.

26

Cumpre-nos ainda declarar com prazer a V. Rev.^{ma} que o doutor Raimundo foi sempre apreciado pelos seus lentes e condiscípulos e que tem feito boa figura, tanto em Portugal como depois na Alemanha e na Suíça, e como ultimamente nesta Corte, onde, segundo diz ele, tenciona fundar uma empresa muito importante. Mas, antes de estabelecer-se aqui, deseja o doutor Raimundo efetuar nessa província a venda de terras e outras propriedades de que aí dispõe, e com esse fim segue.

Por esta mesma via escrevemos ao senhor Manuel Pedro da Silva, a quem novamente prestamos contas das despesas que fizemos com o sobrinho.”

Seguiam-se os cumprimentos do estilo.

Manuel, terminada a leitura, chamou o Benedito, um moleque da casa, e ordenou-lhe que fosse ao armazém saber se havia já chegado a correspondência do Sul. O moleque voltou pouco depois, dizendo que “ainda não senhor, mas que seu Dias a fora buscar ao correio”.

– Homem! Ele é isso!... – exclamou Pescada. – O rapaz está bem encaminhado, quer liquidar o que tem por cá e estabelecer-se no Rio. Não! Sempre é outro futuro!...

– Ora, ora, ora! – soprou o cônego em três tempos. – Nem falemos nisso! O Rio de Janeiro é o Brasil! Ele faria uma grandíssima asneira se ficasse aqui.

– Se faria...

– Até lhe digo mais... Nem precisava cá vir, porque... – continuou Diogo, abaixando a voz – ninguém aqui lhe ignora a biografia; todos sabem de quem ele saiu!

– Que não viesse, não digo, porque enfim... “quem quer vai e quem não quer manda”, como lá diz o outro; mas é chegar, aviar o que tem a fazer e levantar de novo o ferro!

– Ai, ai!

– E demais, que diabo ficava ele fazendo aqui? Enchendo as ruas de pernas e gastando o pouco que tem... Sim! Que ele tem alguma coisinha para roer... Tem aquelas moradas de casa em São Pantaleão; tem o seu punhado de ações; tem o jimbo cá na casa, onde por bem dizer é sócio comanditário, e tem as fazendas do Rosário, isto é, a fazenda, porque uma é tapera...

– Essa é que ninguém a quer!... – observou o cônego, e ferrou o olhar num ponto, deixando perceber que alguma triste reminiscência o dominava.

– Acreditam nas almas doutro mundo... – prosseguiu Manuel. – O caso é que nunca mais consegui dar-lhe destino. Pois olhe, seu compadre, aquelas terras são bem boas para a cana.

O cônego permanecia preocupado pela lembrança da tapera.

– Agora... – acrescentou o outro –, o melhor seria que ele se tivesse feito padre...

O cônego despertou.

– Padre?!

– Era a vontade do José...

– Ora, deixe-se disso! – retrucou Diogo, levantando-se com ímpeto. – Nós já temos por aí muito padre de cor!

– Mas, compadre, venha cá, não é isso...

– Ora o quê, homem de Deus! É só “ser padre”! é só “ser padre”! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isso tem jeito?... O governo – e o cônego inchava as palavras – o governo devia até tomar uma medida séria a esse respeito! Devia proibir aos cabras certos misteres!

– Mas, compadre...

– Que conheçam seu lugar!

E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação.

– E então, parece já de pirraça – bradou – é nascer um moleque nas condições desse... – E mostrava a carta, esmurrando-a – Pode contar-se logo com um homem inteligente! Deviam ser burros! Burros! Que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos!

– Mas, compadre, você desta vez não tem razão...

– Ora o quê, homem de Deus. Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada, por um negro? Você queria,

seu Manuel, que a dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você às vezes até me parece tolo!

Manuel abaixou a cabeça, derrotado.

– Ora, ora, ora! – respingava o sacerdote, como as últimas gotas de um aguaceiro. E passeava vivamente em toda a extensão da saleta, atirando de uma para a outra mão o seu lenço fino de seda da Índia. – Ora, ora, deixe-se disso, seu compadre! *Stultorum honor inglorius*⁹!...

Nisto bateram à porta. Era o Dias com a correspondência do Sul.

– Dê cá.

A carta de Manuel pouco adiantava da outra.

– Mas afinal que acha você, compadre?... – disse ele, passando a carta ao cônego, depois de a ler.

– Que diabo posso achar?... A coisa está feita por si... Deixe correr o barco! Você não disse uma vez que queria entrar em negócio com a fazenda do Cancela? Não há melhor ocasião. Trate-a com o próprio dono... Mesmo as casas de São Pantaleão convinhem-lhe... Olhe se ele as desse em conta, eu talvez ficasse com alguma.

– Mas o que eu digo, compadre, é se devo recebê-lo na qualidade de meu sobrinho...

28

– Sobrinho bastardo, está claro! Que diabo tem você com as cabeçadas de seu mano José?... Homessa!

– Mas, compadre, você acha que não me fica mal?...

– Mal por quê, homem de Deus? Isso nada tem que ver com você!...

– Lá isso é verdade. Ah! Outra coisa! Devo hospedá-lo aqui em casa?

– É!... Por um lado, devia ser assim... Todos sabem as obrigações que você deve ao defunto José e poderiam boquejar por aí, no caso que não lhe hospedasse o filho... Mas, por outro lado, meu amigo, não sei o que lhe diga!...

E depois de uma pausa em que o outro não falou:

– Homem, seu compadre, isto de meter rapazes em casa... é o diabo!

– De sorte que...

– *Omnem aditum malis praejudica*¹⁰!

Manuel não compreendeu, porém acrescentou:

– Mas eu hospedo constantemente os meus fregueses do interior...

– Isso é muito diferente!

– E meus caixeiros? Não moram aqui comigo?...

⁹ Em latim. Tradução: “A honra dos tolos é inglória”.

¹⁰ Em latim. Tradução: “Fecha a porta aos maus”.

– Sim! – disse o cônego, impacientando-se –, mas os pobres dos caixeiros são todos uns moscas-mortas, nós não sabemos a que nos saiu o tal doutor de Coimbra!... Homem, compadre, o melro vem de Paris, deve estar mitrado!...

– Talvez não...

– Sim, mas é mais natural que esteja!

E o cônego intumescia a papada com certo ar experimentado.

– Em todo caso... – arriscou Manuel –, é por pouco tempo...

Talvez coisa de um mês...

E, sopeando a voz, discretamente, com medo:

– Além disso... Não me convinha desagradar o rapaz... Sim! Tenho de entrar em negócio com ele, e... isto cá para nós... seria uma fineza, que me ficava a dever... Porque enfim... você sabe que...

– Ah! – interrompeu o cônego, tomando uma nova atitude. – Isso é outro cantar!... Por aí é que você devia ter principiado!

– Sim – tornou Manuel, com mais ânimo. – Você bem sabe que não tenho obrigação de estar a moer-me com o rnonhõ Mundingico... E, se bem que...

– Pchio!... – fez o padre, cortando a conversa, e disse: – Hospede o homem!

E saiu da saleta, revestindo logo o seu pachorrento e estudado ar de santarrão.

Ao chegarem à varanda, Ana Rosa, já em trajes de passeio, os esperava para sair, toda debruçada no parapeito da janela e derramando sobre o Bacanga um olhar mole e cheio de incertezas.

– Então, sempre te resolveste, minha caprichosa?... – disse o pai.

E contemplava a filha, com um risinho de orgulho. Ela estava realmente boa com o seu vestido muito alvo de fustão, alegre, todo cheirando aos jasmims da gaveta; com o seu chapéu de palhinha de Itália, emoldurando o rosto oval, fresco e bem-feito; com o seu cabelo castanho, farto e sedoso, que aparecia em bandós no alto da cabeça e reaparecia no pescoço enrodilhado despreziosamente.

– Tinhas dito que não ias...

– Vá se vestir, papai.

E assentou-se.

– Lá vou! Lá vou!

Manuel bateu no ombro do cônego:

– Meto-lhe inveja, hein, compadre?... Olhe como o diacho da pequena está faceira, não é?

– *Ne insultes miseris!*¹¹

– Quê?... – interjeicionou o negociante, olhando para o relógio da varanda. – Quatro e meia! E eu que ainda tinha de ir hoje tratar do despacho de um açúcar!...

¹¹ Em latim. Tradução: “Não insultes os miseráveis”.